

Índios vão explorar e comercializar madeira na Amazônia

BELÉM (AJB) - Pela primeira vez desde que o governo brasileiro definiu uma política indígena para o país, uma nação indígena está explorando e comercializando madeira de forma legalizada na Amazônia. A Terra Indígena Xikrin do Catete tem uma área total demarcada de 439.150 hectares e é rica em pelo menos 22 espécies de madeiras comerciais, com destaque para o mogno.

Os cerca de 700 índios xikrins que vivem na reserva distribuídos em duas aldeias, começaram a colher, há 20 dias, as 22 espécies de madeiras comerciais da região, inclusive o mogno, cuja extração foi suspensa pelo governo federal. Esta semana, os ministros da Justiça, José Gregori, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho, além dos presidentes do Ibama, Marília Marreco Cerqueira, e da Funai, Glênio Alvarez, foram à aldeia dos xikrins para conhecerem o Projeto de Manejo Florestal dos Índios Kayapó-Xikrin da Comunidade de Catete.

Extrair e comercializar madeira em terras indígenas não é novidade na Amazônia. Os próprios índios ou extraem ou permitem que madeiras clandestinas o façam. O problema é que, pela forma convencional, a exploração não é auto-sustentada e um caminho de mogno vale para os índios cerca de R\$ 200,00. Com o projeto, os índios vão ganhar 40 vezes mais e a floresta não será aniquilada.

Dos quase 440 mil hectares da Terra Indígena Xikrins do Catete, apenas 10% (44 mil hectares) serão utilizadas para a extração de madeiras. Esses 44 mil hectares foram divididos em 30 parcelas com cerca de 1.450 hectares cada uma. Uma parcela será explorada anualmente com utilização de técnicas não depredatórias principalmente no que diz respeito à derrubada das árvores.

Uma árvore adulta pode destruir até 80 árvores jovens ao ser derrubada. "Queremos reduzir esse número para menos da metade com a técnica da queda direcionada", explicou o engenheiro florestal Maximiliano Roncolletta, do Instituto Sócio-ambiental (ISA), organização não-governamental que idealizou o projeto em parceria com o governo federal e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Explorando uma parcela anual ao longo de seis a oito meses por ano, a primeira parcela só será explorada novamente depois de 30 anos, tempo suficiente para que a floresta se recomponha naturalmente, segundo estudos dos técnicos envolvidos no projeto.

"Acredito que, com a legalização do projeto, não será preciso intensificar a fiscalização na terra indígena", analisou a presidente do Ibama, Marília Marreco. "Pelo contrário, pelo projeto os próprios índios vão fiscalizar a área e acredito que os madeireiros prefiram cair nas mãos dos fiscais e serem multados a caírem nas mãos dos indígenas".

Os pesquisadores estão treinando os índios em diferentes áreas para que, num futuro próximo, eles possam tocar o projeto sem o auxílio dos brancos. Foram identificados silvícolas com potencial para o aprendizado de contabilidade, técnicas de comercialização, técnicas de manejo florestal etc. Eles se reuniram numa associação, a Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Catete, que vai gerenciar o programa.

Técnicos do ISA estão trabalhando também a defesa da fauna. Com o corte de árvores dentro das especificações técnicas recomendáveis - acima de 45 centímetros de diâmetro -, os pesquisadores acreditam que, em 30 anos, a parcela explorada estará totalmente regenerada e apta a ser colhida novamente.

Cada parcela deve render cerca de 7 mil metros cúbicos de madeira por ano. Este ano, a colheita deve chegar a apenas mil metros cúbicos e uma empresa francesa já garantiu a compra do produto, que deverá render R\$ 100 mil aos xikrins catetes.

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	ODIA (S. Paulo)
Data	27/10/2000 Pg 7
Class.	KAYAPÓ XIKRIN

160